

A DIMENSÃO ESPACIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE REGIÕES FUMICULTORAS E NÃO FUMICULTORAS

RADUNZ¹, Amanda Fabres Oliveira; CONTERATO², Marcelo Antonio

¹Graduanda Agronomia/FAEM/UFPEL - amafaol@yahoo.com.br;

²Orientador/DCSA/FAEM/UFPEL, marcelocont@yahoo.com.br

1. Introdução

Os objetivos deste trabalho são: (1) investigar a intensidade e o formato das desigualdades regionais de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul (RS) e como esta se dá tomando como referência empírica as 35 microrregiões homogêneas delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir de um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) criado/estabelecido pelos autores; (2) Analisar a relação entre os IDR e o cultivo de fumo no estado. Este índice pretende conferir os possíveis níveis de desigualdades regionais, representadas através dos índices e sub-índices. A primeira prerrogativa que motivou a realização deste estudo partiu da persistência das já históricas desigualdades regionais de desenvolvimento existentes no Rio Grande do Sul. A segunda prerrogativa decorreu da constatação do contínuo avanço da área cultivada com tabaco no período recente no Rio Grande do Sul, cabendo observar que essas regiões fumicultoras apresentam indicadores de desenvolvimento abaixo da média estadual. O Brasil é um dos principais produtores mundiais de tabaco e os principais estados produtores estão localizados na Região Sul, onde milhares de agricultores familiares retiram da produção de tabaco a principal, senão a única, fonte de rendimento. Historicamente, no RS a fumicultura se concentra nas regiões Centro Ocidental, Metropolitana, Sudeste e Noroeste, embora tenha avançado significativamente para outras regiões do estado.

2. Procedimentos e Métodos de Análise

A criação do IDR se assenta em um conjunto de informações estudadas recentemente (Sepúlveda, 2005; Waquil, *et al.* 2007; Conterato et al, 2007; Kageyama, 2008), e que propõem uma análise das dinâmicas de desenvolvimento rural e territorial numa perspectiva multidimensional. Tal como naqueles trabalhos, neste buscou-se priorizar elementos rurais na construção do IDR. Tal ênfase recobre-se de importância na medida em que busca-se verificar se também em relação ao desenvolvimento rural as regiões fumicultoras apresentam indicadores mais precários na comparação com regiões não fumicultoras. Para que a comparação seja factível, o esforço metodológico resulta na construção de um indicador sintético de desenvolvimento, um Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), para cada uma das 35 microrregiões construído a partir das variáveis descritas no Quadro 1, abaixo.

QUADRO 1: Dimensões, Indicadores e Unidades de Medida e Fonte dos dados

Dimensões	Indicador e relação com o desenvolvimento	Unidade Medida	Fonte
Social	IDESE Saúde (2006) (+)	Índice	FEEDADOS
	IDESE Educação (2006) (+)	Índice	FEEDADOS
	Tx analfabetismo pessoas 10 anos ou mais rural (2000) (-)	%	Censo Demográfico IBGE
	Pessoas entre 18 e 29 anos freqüentando curso superior (2000) (+)	%	Censo Demográfico IBGE
	Domicílios rurais linha telefônica (2000) (+)	%	Censo Demográfico IBGE
	Acesso iluminação elétrica (2000) (+)	%	Censo Demográfico IBGE
	Abastecimento água – rede geral – rural (2000) (+)	%	Censo Demográfico IBGE
	Esgoto sanitário – fossa séptica – rural (2000)	%	Censo Demográfico IBGE
Demográfica	Taxa de Urbanização (2008) (+)	%	Censo Demográfico IBGE
	Densidade Demográfica (2008) (+)	hab/km2	Censo Demográfico IBGE
	População Rural entre 15 e 24 anos (2000) (pessoas 10 anos ou mais) (+)	%	Censo Demográfico IBGE
	Razão População Masculina Rural / Feminina Rural (2000) (+)	Razão	Censo Demográfico IBGE
	População rural mais 60 anos (2000) (+)	%	Censo Demográfico IBGE
	Moradores por dormitório rural (2000) (mais de 2 moradores) (-)	% domicílios	Censo Demográfico IBGE
Política-Institucional	Pessoas com mais de 50% da renda formada por transferências governamentais (2000) (-)	%	Atlas Desen. Humano
	Transferências Intergovernamentais da União na composição da receita orçamentária municipal(2000) (-)	% da Receita Orçamentária municipal	Ministério Fazenda
	Eleitores Analfabetos (2008) (-)	%	Tribunal Superior Eleitoral
	Empreendimentos em Economia Solidária (2007) (+)	n.	Ministério Trabalho Emprego
	Estabelecimentos declaram utilizar serviços assistência técnica (1996) (+)	%	Censo Agropecuário – IBGE
Econômica	IDESE Renda (2006) (+)	índice	FEEDADOS
	Grau Concentração Formação PIB (2006) (-)	Índice (soma quadrados participações)	FEEDADOS
	PIB per capita (2006) (+)	R\$ per capita	FEEDADOS
	VBP pessoa ocupada agricultura (1995/96) (+)	R\$ pessoa ocupada	Censo Agropecuário – IBGE
	VBP por estabelecimento agrop. (1995/96) (+)	R\$ estabelecimento	Censo Agropecuário – IBGE
	Pessoas ocupadas por estabelecimento agrop. (1996) (+)	Pessoas	Censo Agropecuário – IBGE
	Concentração produção agrop. (participação principal produto no VBP total) (1996) (-)	%	Censo Agropecuário – IBGE
	Domicílios rurais com automóvel particular (2000) (+)	%	Censo Demográfico – IBGE
	Domicílios rurais que percebem até 1 salário mínimo (2000) (-)	%	Censo Demográfico – IBGE
	Estabelecimentos agrop. Produtor declarou ter rendimento fora estabelecimento (2006) (+)	%	Censo Agropecuário 2006
	Estabelecimentos agrop. Produtor declarou ter rendimento não-agrícola fora estabelecimento (2006) (+)	%	Censo Agropecuário 2006

Ambiental	Estabelecimentos práticas de conservação (1996) (+)	% / total estabelecimentos	Censo Agropecuário – IBGE
	Matas (naturais e plantadas) (2006) (+)	% sobre área agrícola total	Censo Agropecuário – IBGE
	Empreendimentos Economia Solidárias que produzem sem agrotóxicos (2007) (+)	% sobre total estab.	Ministério Trabalho Emprego
	Domicílios Rurais sem banheiro ou sanitário (2000) (-)	% sobre total domicílios rurais	Censo Demográfico – IBGE
	Domicílios Rurais destino esgoto: VALA (2000) (-)	% sobre total domicílios rurais	Censo Demográfico – IBGE

Fonte: Elaborado pelos autores

Para facilitar a comparação entre as regiões (já que não é possível qualquer tipo de comparação temporal, pois os dados se referem ao ano ou curto período em que foram coletados e, por conseguinte essas datas diferem-se conforme a fonte) definiu-se pela criação de uma tipologia (que na prática representa ranking do IDR) para representar as variações regionais dos IDR. Trata-se de uma ferramenta para facilitar a análise e a compreensão das semelhanças e diferenças encontradas, neste caso representadas pelos sub-índices de cada microrregião e num segundo momento sistematizados numa tipologia. Respeitando a proposta metodológica, as microrregiões foram assim agregadas: microrregiões de IDR Extremamente Baixo (quando IDR era inferior a 0,449); IDR Baixo (IDR variando entre 0,450 a 0,499); IDR Médio (IDR variando entre 0,500 a 0,549); IDR Médio-Alto (IDR variando entre 0,550 a 0,599) e; IDR Alto (quando IDR era superior a 0,600).

3. Resultados e Discussões

De acordo com dados do IBGE, a partir da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), entre 2000 e 2008 houve um incremento médio de 75% na área cultivada com tabaco nas microrregiões que compõe o IDR extremamente baixo. Percentual que baixou próximo a 50% para as microrregiões que compõe o IDR Baixo e IDR Médio, destacando-se que estas últimas participavam em 2008 com mais de 80% da área cultivada com tabaco.

TABELA 1: Indicadores de desenvolvimento rural, por níveis.

Níveis Desenvolvimento Rural	IDR médio	Tx Analf. Rural (%) (2000)	Pes. entre 18 e 29 anos freq. curso superior (%) (2000)	Domicílios rurais linha telefônica instalada (%) (2000)	Tx Urb. (%) (2008)	Pessoa ocupada estab. Agrop. (2000)	Domicílios rurais com automóvel (%) (2000)	Partic. AGRO P/ VAB*
IDR Alto	0,626	6,98	12,85	26,44	79,14	3,10	54,16	10,29
IDR Médio-Alto	0,575	7,91	11,79	18,77	67,43	3,21	51,37	20,09
IDR Médio	0,522	11,28	10,03	9,13	70,38	3,28	38,36	18,49
IDR Baixo	0,481	11,99	9,04	8,03	66,92	3,29	35,60	26,62
IDR Extremamente Baixo	0,431	16,69	6,43	4,05	64,00	3,02	31,84	24,64

Fonte: Organizado pelos autores a partir das fontes consultadas.

VAB*: Valor Agregado Bruto

Analisando essas informações e com base nos dados da Tabela 1 é possível estabelecer algumas considerações importantes: (1) de uma forma em geral as regiões fumicultoras apresentam indicadores de desenvolvimento rural mais acanhados; (2) a fumicultura avançou de forma ainda mais expressiva nas regiões onde se apresentam IDR mais exíguos e; (3) há uma ampla variação de IDR, demonstrando que a noção de desenvolvimento rural, sob a perspectiva multidimensional, no RS assume ampla heterogeneidade empírica.

Exemplo desta disparidade regional foi a taxa de analfabetismo rural, que chegou a quase 17% nas microrregiões de IDR Extremamente Baixo, percentual 3 vezes superior ao encontrado nas microrregiões de IDR Médio-Alto e IDR Alto. A taxa de urbanização também apresentou variações consideráveis. Pode-se citar que nas microrregiões que compõe o IDR Extremamente Baixo, onde a taxa de urbanização foi de 48,6%, encontra-se na microrregião de Soledade, 53% na Serras do Sudeste e de 89,6% na Campanha Central. Tomando-se apenas as duas primeiras microrregiões, onde o avanço da fumicultura no período considerado foi elevado, a taxa média de urbanização seria de 51,2%. Disso pode-se inferir que as regiões de menor IDR poderiam ser reconhecidas como tipicamente rurais, quando se toma a taxa de urbanização como parâmetro.

4. Conclusões

Os dados permitem concluir que há desigualdades entre as regiões no que concerne ao desenvolvimento rural. Tomando-se as 35 microrregiões, determinadas pelo IBGE como recorte territorial, as variáveis descritas do Quadro 1 como indicadores de desenvolvimento e o IDR como parâmetro comparativo pode-se estabelecer as seguintes considerações: (1) não há um padrão único de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul – pois o mesmo é marcado pela heterogeneidade de dinâmicas; (2) o Norte do Rio Grande do Sul é a região mais distinta da geografia econômica gaúcha, pois nesta porção do estado é possível encontrar todos os níveis de desenvolvimento rural, do Extremamente Baixo ao IDR Alto e; (3) entre as 3 microrregiões com o pior IDR, duas localizam-se na porção Sul e uma na porção Norte;

Uma vez analisados os indicadores que compuseram o IDR observou-se, por meio deste uma série de problemas de ordem social-política-econômica, os quais corroboram para que as investidas das empresas fumageiras, no tocante a implementação e expansão das lavouras de fumo sejam correspondidas. O principal problema encontra-se no referente a formação econômica das regiões, tendo-se observado que nessas as desigualdades financeira e social são extremamente agudizadas. Dentre os diferenciais atrelados a produção do fumo em comparativo as demais culturas estão o acompanhamento técnico e a garantia de venda da produção o que, embora existam programas e projetos governamentais que atuam neste mesmo sentido, os propostos pelas fumageiras parecem ser mais atraentes e presentes.

Mesmo representando uma “fotografia” do estado da arte de um sistema num ponto no tempo, pode-se considerar que o trabalho oferece subsídios importantes para (re)pensar o formato da intervenção de ações públicas, pois indica em que porções do estado devem ser direcionadas as políticas prioritárias de desenvolvimento.

5. Referências bibliográficas

- CONTERATO, et, al. Desenvolvimento rural no Estado do Rio Grande do Sul: uma análise multidimensional de suas desigualdades regionais. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 163 -195 mai./ago. 2007.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural Conceitos e Aplicação ao caso Brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- SEPÚLVEDA, S. Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local. Brasília: Instituto Inter-Americano de Cooperação Agrícola, 2005.
- WAQUIL, P. D.; et al. Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica. XLV Congresso da SOBER. Londrina, 2007.